

## TENSIONAMENTOS E VICISSITUDES ATUAIS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO PARANÁ

N. M. MOCELIN\*; M. L. BERNARTT; E. S. TEIXEIRA  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Pato Branco  
naymassucatto@gmail.com

Submetido 23/05/2016 - Aceito 28/12/2017

DOI: 10.15628/holos.2017.4623

### RESUMO

A Pedagogia da Alternância (PA) é uma metodologia de ensino diferenciada, criada inicialmente para atender as necessidades que envolvem a população do campo. Por meio de seus instrumentos pedagógicos, procura formar crianças e jovens a partir da articulação de tempos e espaços, além de envolver a família e comunidade no processo formativo e no desenvolvimento do meio. A PA surgiu na França em 1935 e hoje está presente em todo o mundo. No Brasil essa pedagogia iniciou em 1969, no Estado do Espírito Santo e no Paraná a PA iniciou no final da década de 1980, através das Casas Familiares Rurais (CFRs). O presente artigo tem por objetivo discutir a situação das CFRs no Paraná, apresentando alguns tensionamentos e vicissitudes atualmente

enfrentados por essas instituições no Estado. O estudo se caracteriza como qualitativo e os dados foram obtidos mediante análise documental e observação. Os resultados obtidos apontam que a PA praticada pelas CFRs paranaenses vem passando por significativas mudanças ao longo do tempo, mantendo-se firme apenas no princípio da alternância de tempos e espaços. A pesquisa também mostrou que as Casas se encontram em situação de grande incerteza quanto ao seu futuro, pois as articulações necessárias para sua manutenção estão muito fragilizadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedagogia da Alternância, Casas Familiares Rurais, Princípios e Fundamentos.

### CURRENT TENSIONS AND TRANSFORMATIONS OF PEDAGOGY OF ALTERNATION IN PARANÁ

#### ABSTRACT

The Pedagogy of Alternation (PA) is a differentiated teaching methodology, originally created to meet the needs that involve the population of the field. Through its teaching tools, seeks to form children and young people from the articulation of time and space, and involve the family and community in the educational process and the development of the medium. The PA originated in France in 1935 and is now present throughout the world. In Brazil, this pedagogy began in 1969 in the state of Espírito Santo and in the Paraná the PA began in the late 1980s, through the Rural Family Houses (CFRs). This article aims to discuss the situation

of CFRs in Paraná presenting some tensions and transformation currently faced by these institutions in the State. The study is characterized as qualitative and data were collected through observation and documentary analysis. The results indicate that the PA practiced by Paraná's CFRs has undergone significant changes over time, keeping only firm on the principle of alternation of times and spaces. The survey also showed that the houses are in a situation of great uncertainty about their future, because the joints necessary for its maintenance are very fragile.

**KEYWORDS:** Pedagogy of Alternation, Rural Family Houses, Principles and Fundamentals.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um recorte dos resultados de uma pesquisa mais ampla sobre Pedagogia da Alternância (PA). Especificamente, o presente estudo traz uma análise sobre o funcionamento das Casas Familiares Rurais (CFRs) no estado do Paraná, mediante as suas relações e convênios estabelecidos com o governo estadual. A pesquisa se caracteriza como qualitativa exploratória de caráter documental.

Dentro do processo de expansão da PA no Brasil existem dois movimentos, um de origem francesa e outro de origem italiana. As CFRs do Paraná fazem parte do movimento francês, por outro lado, as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) fazem parte do movimento italiano no país. Como não existem EFAs no estado paranaense, o estudo não incluiu essa corrente. Diante disso, é necessário ressaltar que apesar de ambos os movimentos terem origem no campesinato e finalidades muitas vezes próximas, nenhum deles possui ligação com o Movimento Sem Terra (MST). Os objetivos que envolvem a PA, em ambos os movimentos, são distintos do MST.

A Pedagogia da Alternância é uma metodologia de ensino que, por meio da educação básica, visa a valorização e o empoderamento dos sujeitos do campo. Isso não significa que esta é a única metodologia de ensino atuante. Porém, por se tratar de algo específico, nesse texto foram considerados apenas os recortes que envolvem a PA no Paraná, trazendo como seus principais autores: Gimonet (2009), Nozella (1997), Begnami (2003), (Pessotti, 1978) e principais pesquisas a partir de TEIXEIRA et al. (2008) e BERNARTT et al. (2012).

Devido a uma série de transformações da metodologia da PA no Estado, atualmente, as CFRs encontram problemas para garantir seu funcionamento de acordo com os princípios da alternância. Para isso, o presente artigo discute a atual situação das CFRs no Paraná, apresentando alguns tensionamentos e vicissitudes enfrentados por essas instituições no Estado, visto que todas possuem a mesma metodologia e apresentam a mesma situação devido a um convênio com o Governo Estadual.

Desse modo, o texto está organizado em cinco tópicos, a começar por esta introdução. O próximo trata do surgimento e do processo de expansão da PA. No terceiro tópico são apresentados os princípios e fundamentos que fazem da PA uma metodologia de ensino diferenciada das formas tradicionais. No quarto tópico discutem-se algumas vicissitudes da PA no estado do Paraná e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

## 2 SURGIMENTO E EXPANSÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A Pedagogia da Alternância teve início em 1935, em Lauzun na França, devido a insatisfações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades da educação para o meio rural. Os agricultores pretendiam uma educação escolar que oferecesse profissionalização em atividades agrícolas, como um meio para o desenvolvimento social e econômico da sua região, e que fosse compatível com o calendário agrícola e com as necessidades sazonais de mão de obra dos pequenos agricultores (NOZELLA, 1977; TEIXEIRA et al., 2008).

O processo de implantação da primeira escola, denominada *Maison Familiale Rurale* (MFR), em 1935, como afirma Nosella (1977), foi tomado por um movimento intuitivo, sem necessariamente vincular-se a um referencial teórico-metodológico determinado, mas baseado a partir das demandas de cada comunidade e das implicações de suas racionalidades e diversidades engendradas às perspectivas de formação pretendidas. Tais condições foram determinantes para o processo de expansão das MFRs no contexto global.

Conforme aponta Begnami (2003), entre 1935 a 1940 existiam apenas três MFRs. Para o autor, o período de maior expansão concentrou-se entre os anos de 1945 a 1960, a partir de alguns acontecimentos principais, tais como o período de reconstrução pós-guerra e a revitalização da União Nacional das MFRs. Outros indícios também são apontados como fatores positivos à expansão do movimento: a consolidação de legislações específicas em diversos países que visavam o reconhecimento da modalidade de ensino em alternância e a sistematização pedagógica, principalmente com fundamentos epistemológicos da chamada Escola Nova, passando de 80 para 500 MFRs, ainda em território francês.

A Itália foi o segundo país adotar a experiência da MFR francesa, sendo chamada *de Scuola Famiglia*, a partir dos anos 1960, sob a orientação da Igreja Católica e políticos locais, dividindo os custos de manutenção entre os agricultores, a menor parte, e o restante ao Estado. Assim, a metodologia foi adaptada a realidade italiana, mas esse mecanismo de financiamento dificultou a participação e o envolvimento das famílias transformando-as em expectadoras (PESSOTTI, 1978).

Essa situação ocorreu porque a implantação da PA pressupõe uma iniciativa local e conjunta, com importante participação das famílias. Ela forma uma rede, mas valoriza as heterogeneidades estabelecidas. Assim, para manter os princípios da PA e valorizar cada contexto, foi criada a Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (AIMFR), responsável por representar as diferentes instituições promotoras de formação em alternância no mundo.

No final dos anos de 1960 ocorreu a expansão para a América Latina e África. Por conta dessa expansão, a União das MFRs propôs a unificação das iniciativas que envolviam a PA. Depois de diversas reuniões realizadas em eventos ocorridos em Royan (França, 1969), Brenes (Espanha, 1971), Verona (Itália, 1972), Lyon (França, 1972), Valladolid (Espanha, 1973) e Bologna (Itália, 1974) foram criadas bases para a futura parceria internacional. Em meados de 1975, representantes de aproximadamente 25 organismos regionais e nacionais de vinte países, se reuniram em um congresso realizado em Dakar no Senegal. Esse foi um marco para o fortalecimento da PA. Assim, Florent Nové-Josserand tomou a iniciativa de organizar uma instituição mais ampla e ajudou a fundar a AIMFR, no congresso, que ocorreu de 12 a 16 maio de 1975, assumindo a presidência (AIMFR, 2015, tradução nossa).

De acordo com García Marirrodriaga e Calvo (2010), as principais preocupações da AIMFR eram favorecer a harmonia entre todas as estruturas de organização local, regional, nacional e internacional, garantir a união dos CEFFAs (Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância) e o respeito pelos princípios, métodos, autonomia e flexibilidade no funcionamento dos centros.

Atualmente, a Europa concentra a maior quantidade de CEFFAs, em torno de 520, principalmente na França. O continente americano conta aproximadamente com 603 centros, sendo o Brasil líder, seguido pela Argentina e Guatemala. A África tem um número aproximado de 190 centros em 16 países (AIMFR, 2014).

A Pedagogia da Alternância, por meio de sua metodologia, busca efetivar essas estratégias de desenvolvimento e cooperação em prol do agricultor. Contudo, para que isso ocorra é necessário compreender e levar em consideração a hibridéz que permeia as relações coletivas e pessoais. Dessa forma, a PA deve ser compreendida como uma forma de ensino, cuja base contempla e articula todos os atores e que se define como um processo distinto a cada realidade.

### 3 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

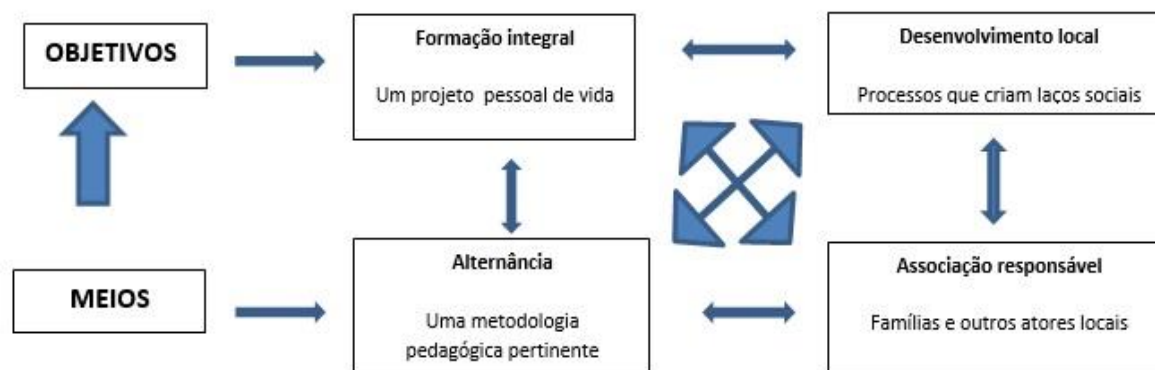
Diante dos diferentes contextos existentes, a Pedagogia da Alternância procura desenvolver uma identidade metodológica que contemple essas diferenças para propiciar a formação integral, tanto dos sujeitos quanto do meio. Dessa forma, foi elaborado na França pela União Nacional das Maisons Familiaes Rurales a “carta de identidade”, que estabelece critérios orientadores de um CEFFA, com finalidade baseada na formação e desenvolvimento do meio, na ação específica do contexto rural, na responsabilização das famílias para com a associação, na metodologia pedagógica da alternância e numa equipe capaz de conduzir o conjunto (GIMONET, 2007).

Teixeira e Antunes (2011) afirmam que a Pedagogia da Alternância se mantém como uma metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade a formação profissional da juventude rural.

Os espaços dizem respeito aos locais onde a formação se processa: escola, indústria, propriedade agrícola, comércio, etc. Os tempos dizem respeito aos períodos de permanência dos educandos nesses espaços. Em quaisquer dos espaços a formação é experienciada em tempo integral, tendo-se como pressuposto a articulação entre educação e trabalho, teoria e prática, de modo que se favoreça meios para a reflexão acerca das próprias experiências formativas (TEIXEIRA e ANTUNES, 2011, p 955).

Nos tempos e espaços são desenvolvidas atividades educativas previamente planejadas e orientadas em sua execução (TEIXEIRA, et al., 2008). A articulação dos tempos e espaços é uma maneira de se garantir a formação integral. Segundo Gimonet (2007), as atividades e instrumentos são indispensáveis para a formação contínua na descontinuação das atividades. Para isso, é preciso possibilitar a interação entre tempos-espaços e ter coerência, unidade e integração.

A experiência cotidiana do espaço familiar, muitas vezes ignorada na educação básica, é trazida para o CEFFA onde ocorre a estruturação e a criação de conceito formal dos conhecimentos oriundos dessa experiência, para posteriormente aplicar essa junção no meio. Contudo, para que esse processo ocorra, é necessário garantir que os princípios/pilares da PA se mantenham articulados. A figura a seguir apresenta quais são esses pilares e como devem se relacionar.



**Figura 01: Os Quatro Pilares dos CEFFAs**  
Fonte: Garcia-Marirrodriaga; Calvó (2010).

Como se percebe, os objetivos e os meios formam os princípios que sustentam a Pedagogia da Alternância e fazem dela uma metodologia diferenciada, pensada para atender às necessidades do Jovem que vive no contexto rural, tendo em vista também o desenvolvimento do meio e a participação da comunidade local.

O processo de formação integral do Jovem na Pedagogia da Alternância forma um dos pilares que a sustentam por ser uma de suas finalidades. Trata-se, portanto, de funções educativas e formativas que envolvem a formação humana. São formas de atitudes, caráter, de encontrar a própria identidade, autoestima, formular projetos de vida, instrumentalizar-se no exercício da cidadania, desenvolver o espírito solidário e democrático, entre outros (BEGNAMI, 2003).

O desenvolvimento local caracteriza-se por ser outra finalidade da Pedagogia da Alternância. Trata-se do desenvolvimento do meio rural, em âmbitos social, cultural e econômico. É compreendido sob a lógica de participação e mobilização popular, além de tudo é o local de conversão de propostas em práticas efetivas, onde se fundamentam as decisões dos atores sociais envolvidos, capazes de gerar transformações e preservações intelectuais, produtivas e conscientizadas (CALIARI; ALENCAR; AMÂNCIO, 2002).

Para atingir tais finalidades, esse modelo de ensino utiliza como um dos meios a Alternância. A formação em alternância nos CEFFAs obedece a um processo que parte da experiência da vida diária (família, escola, emprego) para ir em direção à teoria e retornar à experiência seguindo assim um ciclo que se repete. Porém, esse ciclo funciona somente se as margens necessárias de liberdade, responsabilidade e autonomia de seus atores e instituições forem respeitadas (GIMONET, 2007).

O outro meio utilizado é a associação responsável, uma associação criada pelos monitores, Jovens, família e comunidade. Conforme García Marirrodriaga, e Calvó (2010), ela se define como a união de um grupo de pessoas para ofertar uma educação que possibilite a construção de um futuro melhor para os Jovens alternantes, tanto é, que este é um dos pilares presentes desde o início do movimento de construção da Pedagogia da Alternância na França.

Para Gimonet (2007), a PA é uma metodologia que se contrapõe a forma habitual de ensinar, porque não separa a formação escolar da realidade. Pelo contrário, une as duas para que os novos saberes se integrem aos saberes pré-existentes e, dessa forma, façam sentido ao sujeito.

Da mesma forma, defende que essa metodologia só poderá ser aplicada se existirem relações sociais para além daquela professor-aluno. Seria uma educação partilhada entre todos os envolvidos na formação por alternância. Por isso, o autor define a PA como uma “rede complexa de relações”.

Na PA, os instrumentos pedagógicos tornam-se meios de integração entre a família e a escola, promovendo o diálogo e valorizando os conhecimentos pré-existentes. São ferramentas para a promoção da liberdade e da modificação de cada contexto. Esses instrumentos, constituintes dos fundamentos teórico metodológicos da Pedagogia da Alternância, são os responsáveis por garantir a integração dos princípios e meios e possuem extrema importância no que diz respeito à formação integral efetiva do Jovem.

Tais procedimentos didático-pedagógicos são desenvolvidos juntamente com atividades educativas já planejadas. No início do ano letivo elabora-se, coletivamente, um Plano de Formação com objetivo de proporcionar um vínculo educativo entre os espaços dos CEFFAs com a propriedade da família. A alternância de tempo e espaço é entendida como um processo integrador de ensino e aprendizagem, em que as demandas e interesses advindos das famílias são parte do processo educativo, uma vez que é a partir destes que os centros desenvolvem os conteúdos curriculares (BERNARTT et al., 2012).

Os Temas Geradores são assuntos colocados em discussão como família, terra e alimentação com objetivo de realizar análises reflexivas da realidade, a qual os Jovens estão inseridos. Esses assuntos promovem a construção do conhecimento de maneira não fragmentada (MASCARELO, 2010).

Esses são os dois principais procedimentos que, quando definidos, articulam os demais. Os outros são apresentados no quadro abaixo.

**Quadro 01: Instrumentos pedagógicos**

<b>INSTRUMENTO</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Pesquisa Participativa</b>	Realizada com família e comunidade. Objetiva compreender os aspectos que envolvem a comunidade de maneira geral e as atividades que são produtivas.
<b>Plano de Estudos</b>	Investiga a realidade e permite ao jovem compreender dificuldades, contradições e benefícios presentes nela com intuito de construir mecanismos que auxiliem no desenvolvimento do estudo.
<b>Pesquisa da Realidade</b>	Roteiro de estudo realizado por educadores e jovens, fundamentado nos temas geradores do Plano de Formação. Eles podem escolher temáticas presentes na sua realidade.
<b>Caderno da Realidade</b>	É um mecanismo que possibilita a sistematização e registro da pesquisa, a avaliação da aprendizagem, organização de atividades, permitindo a tomada de consciência ao longo do processo de aprendizagem.
<b>Atendimento Individual</b>	Momento em que os jovens são atendidos individualmente pelos monitores, a fim de solucionar possíveis dificuldades dos jovens.
<b>Visita de Estudos</b>	Visitas que envolvem toda a comunidade. Sua finalidade é propiciar a troca de experiências entre os sujeitos.
<b>Auto avaliação</b>	Os jovens avaliam seu processo de aprendizagem.
<b>Visita às Famílias</b>	Atividades que visam a formação integral, permitindo aos jovens aprimorar seus conhecimentos para além do espaço escolar. Além da permanência com sua família, eles também visitam às famílias dos colegas.

<b>Colocação em Comum</b>	Momento coletivo de discussões e construções de conhecimento entre jovens e educadores.
<b>Intervenções Externas</b>	Visita de pessoas que não fazem parte do cotidiano escolar, mas que fazem parte da comunidade – médicos, dentistas, agrônomos e que podem contribuir com a discussão acerca do tema gerador em pauta.
<b>Projeto Profissional do Jovem</b>	Procura inserir o jovem no mercado de trabalho e fortalecer a agricultura e sustentabilidade ambiental. É um estágio que impulsiona o desenvolvimento do meio, pois interliga todos os conhecimentos adquiridos ao longo de sua permanência, possibilitando a ele refletir.

Fonte: Adaptado, Pessotti (1978); Gimonet (2007); Estevam (2012).

A Pedagogia da Alternância possui, portanto, uma metodologia didático-pedagógica diferenciada, porque além de alternar os tempos e espaços de formação, possui instrumentos pedagógicos que permitem a interação do Jovem com o conhecimento escolar e sua realidade. São elementos utilizados para a construção de saberes de vida. Para tanto, por meio desses instrumentos a PA propõe uma forma de ensino que vai além da transmissão do conhecimento. Ela tem por objetivo incentivar uma “educação, formação e profissionalização alternativa eficaz e concreta mais apropriada à realidade do campo” (ARCAFAR/SUL, 2014), tendo em vista o desenvolvimento local.

#### 4 ALGUMAS VICISSITUDES DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO PARANÁ

No final da década de 1980 ocorreu o processo de implantação das primeiras CFRs no Paraná, cujo processo de criação se deu pela articulação entre políticos e a comunidade do município de Barracão, localizado na região sudoeste do estado. Na década seguinte, elas começaram a se expandir para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por conta disso, foi criada a Arcafar/Sul (Associações Regionais das Casas Familiares Rurais) que, posteriormente, se uniu à rede Arcafar criada nas outras regiões. A Arcafar/Sul pôde implantar a Pedagogia da Alternância nas CFRs a partir do convênio com a AIMFR.

A partir de 1998, as CFRs foram integradas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), possibilitando a abertura de novas unidades por meio de um processo mais rápido. Essa parceria foi criada porque os princípios do programa seriam convergentes com os adotados pelas Casas, facilitando o acesso à educação profissional e contribuindo, dessa maneira, para o desenvolvimento do meio rural (ESTEVAM, 2012).

Especificamente no Paraná, a Arcafar/Sul manteve um convênio com o Governo Estadual até meados do ano de 2017. De acordo com o convênio nº 2620110454 de 2011, se têm por objetivo o fornecimento de suporte financeiro ao desenvolvimento do projeto “Escola do Campo”, visando oportunizar aos jovens, filhos de agricultores, uma escolarização profissional de nível médio e fundamental com qualidade. Além disso, existe uma divisão entre professores e monitores. Os primeiros são contratados pelo Estado e lecionam as disciplinas base do currículo (matemática, português...). Os monitores até o ano de 2016 eram contratados pela Arcafar/Sul para atuar na parte técnica da CFR, bem como na manutenção da mesma. De acordo com o

Convênio técnicas (PARANÁ, 2011), são eles quem permanece com os jovens no internato e os acompanham nas visitas.

Esse convênio já em si mesmo se caracteriza como um primeiro problema, pois contradiz os princípios da Pedagogia da Alternância. Existe uma divisão clara de tarefas, primeiramente porque como os professores são da rede estadual, a autonomia da CFR se torna comprometida. Não há uma integração, um trabalho conjunto entre professores e monitores.

Em decorrência disso, os professores não possuem uma formação específica, não conhecem a metodologia, e muitas vezes acabam adaptando o processo de aprendizagem como em uma escola urbana. Isso corrompe a contextualização do ensino e os instrumentos pedagógicos tornam-se deslocados, criando enormes dificuldades para que as CFRs consigam atingir suas finalidades pedagógicas expressas em seus quatro pilares, pois, como se disse, a PA é uma metodologia que possui outras exigências além das exigências rotineiras da educação escolar em geral.

Outro aspecto que se ressalta é que no Paraná muitos professores são contratados pelo regime de Processo Seletivo Simplificado - PSS. Esse regime tem duração de um ano, o que impossibilita a continuidade de projetos nas CFRs, pois ao início de cada ano letivo entram novos professores e a formação docente para a PA tem de recomeçar. Ademais, a rotatividade diminui o nível de confiança entre professores, monitores, jovens e famílias, visto que o processo de integração é sempre interrompido.

Essas interrupções provocadas pelo regime de contratação acabam impedindo que os professores possam compreender os pilares da Pedagogia da Alternância e suas repercussões no desenvolvimento local, de modo que, por falta de clareza, muitas vezes acabam por realizar seu trabalho como se estivessem em escolas urbanas, onde a fragmentação do conhecimento em disciplinas é bem evidente.

Por sua vez, os monitores, em geral, não possuem formação pedagógica e mesmo a formação específica que recebem vem ocorrendo de forma esporádica, sobretudo focada nos instrumentos próprios da PA, mas sem as devidas reflexões acerca do caráter teórico e metodológicos dos mesmos.

Antunes e Massucatto (2013) apresentam algumas questões que dificultam o funcionamento das CFRs, como a divergência de interesses entre os profissionais da Pedagogia da Alternância, a saber, os monitores, que buscavam seguir os princípios desse modelo de ensino e os professores, que por desconhecer e muitas vezes manter resistência em compreendê-los, relutavam em adaptar suas formas de ensinar e utilizar os instrumentos pedagógicos.

Outro fator problemático consiste na falta de incentivo por parte do atual governo estadual. Não há nenhuma oferta de preparação aos professores, nem mesmo a divulgação da PA para a comunidade em geral.

Ora, ao estabelecer convênio com a Arcafar/Sul, o então Governo do Estado procurou alcançar aspectos como: melhorar a qualificação e escolarização dos filhos de agricultores; aplicar uma metodologia que eleve a qualidade escola e diminua a evasão, repetência e o relacionamento com a comunidade local; melhorar as condições de vida dos agricultores; incentivar a participação



das famílias; aumentar o vínculo entre jovens e comunidade; aumentar o número de jovens exercendo papéis de liderança; impacto positivo no desenvolvimento; elevação da autoestima dos jovens; realizar intercâmbios e desenvolver um Projeto Profissional de Vida (PARANÁ, 2012).

Contudo, em julho de 2015 o governador do Estado anunciou o possível fim das CFRs no Paraná e o convênio com a rede Arcafar/Sul. Isso, porém, já se tratava de algo anunciado, pois a situação das CFRs estava se mantendo instável havia algum tempo. Os monitores não recebiam regularmente seus salários e no ano de 2014, muitas Casas não abriram turmas para o 1º ano do Ensino Médio. A Secretaria de Estado da Educação alegava que não havia demanda suficiente para abrir novas turmas.

Cabe ressaltar, contudo, que a origem desses problemas remonta à frequente influência do poder público que sempre impediu uma completa autonomia das CFRs, bem como o parco envolvimento direto das famílias e das comunidades. A esse respeito, Luz (2002, p. 103), comenta que “as associações locais são fracas ou inexistentes e a mediação da Arcafar/Sul parece ter se restringido ao aspecto metodológico dessa proposta educativa”. Ou seja, a responsabilidade pela atual situação das CFRs não é apenas do governo, mas também da Arcafar/Sul. A entidade não governamental está envolvida em conflitos com o governo do Paraná e evita dialogar com outras instituições.

Por falta de mais atuação da entidade, outros fatores se complicaram. Os pais, por exemplo, por mais que participem da criação do plano de formação e das associações, não podem participar das seleções para professores. E a rotatividade dos docentes não cria nenhum tipo de integração entre os sujeitos. As associações também, quando existem, são fracas, pois não há possibilidades de discussões e falta acesso às informações.

Em relação às parcerias com outras entidades, a mesma instabilidade se revela. A seguir, tem-se um quadro referente aos anos de 2011, 2012 e 2013 das parcerias estabelecidas por uma CFR do Estado a fim de exemplificar a situação em questão.

**zQuadro 02: Continuidade das parcerias com a CFR**

(continua)

PROJETOS/ PARCERIAS	PERÍODOS		
	2011	2012	2013
a) Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil – Arcafar/Sul	X	X	X
b) Instituição de Ensino Superior I	X		
c) Instituição de Ensino Superior II	X	X	X
d) Secretária Estadual de Educação – SEED/PR	X	X	X
e) Colégio SESI		X	
f) Escola de Artes – Município III		X	
g) Entidade I	X	X	X
h) Prefeitura Municipal e Câmara Municipal – Município I	X	X	
i) Prefeitura Municipal e Câmara Municipal – Município II		X	X
j) Prefeitura Municipal e Câmara Municipal – Município III	X	X	X
k) PRONATEC - Bovinocultura de leite		X	
l) Jovem Agricultor Aprendiz – JAA		X	
m) Intercâmbio com equipe das CFRs Francesas		X	X
n) Senar Paraná			X

Fonte: Massucatto et al. (2016).

Como se pode notar, os dados apresentados demonstram a descontinuidade das ações realizadas entre a CFR e seus parceiros. Além disso, a maioria das atividades realizadas nesses anos caracteriza-se como ações pontuais e grande parte das mesmas são com instituições governamentais que ajudam a manter o funcionamento da CFR. Mesmo nos casos em que as parcerias são estabelecidas com ONGs, não se observa participação mais efetiva de famílias, de modo que fica comprometida também por essa via a integração entre escola, família e comunidade, a qual, diga-se, é crucial para o método da alternância.

Diante das dificuldades para a manutenção do método, algumas prefeituras no Paraná passaram a manifestar o interesse em preservar as CFRs. No entanto, não existe nenhuma organização coletiva das prefeituras interessadas, nem das prefeituras com suas comunidades, nem com movimentos que contestem a decisão do Estado. As comunidades em geral desconhecem os fatos, bem como a própria forma de atuação das CFRs. Em 2015 e 2016 apenas algumas reuniões com prefeitos e líderes locais foram realizadas, porém de maneira isolada.

No dia 10 de dezembro de 2015 foi realizado um seminário intitulado “Fechamento da Casa Familiar Rural – Pato Branco”, no Campus da UTFPR em Pato Branco. Nele, estavam presentes vereadores, presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, professores do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, professores e alunos da CFR, bem como professores e mestrands da Universidade. Membros da Arcafar/Sul foram convidados, mas não compareceram.

No seminário foram realizados relatos dos profissionais que atuam ou atuaram nas CFRs, além dos próprios jovens, que se colocaram à disposição para o que fosse necessário. Nesse momento também ocorreram discussões sobre atitudes a serem tomadas para preservar, a princípio, a CFR de Pato Branco. Ficou acordado que os vereadores agendariam uma reunião com o prefeito do município, que contaria com a presença da comunidade em geral, pais e jovens da CFR. O objetivo era encontrar alguma maneira do município manter o funcionamento da Casa, caso o Estado encerrasse de fato o convênio. Os vereadores e membros da CFR buscavam demonstrar a importância de se manter o centro aberto para agricultura familiar e para o próprio município.

Contudo, no dia 15 de dezembro de 2015 O Governo do Paraná anuncia uma nova posição e confirma que: 1º) o convênio será mantido até dezembro de 2016 com repasse de recursos para o pagamento de funcionários e monitores; 2º) os professores das áreas da Base Nacional de Educação continuarão sendo contratados pelo Estado da mesma maneira que em 2015; 3º) matrículas poderão ser realizadas para turmas iniciais (com no mínimo 20), e turmas de continuidade (desde que estejam com seus atos regulatórios em dia), quanto ao Ensino Fundamental e Médio regular serão realizadas apenas matrículas para as turmas em continuidade. Ressaltou-se ainda, que se os prefeitos manifestarem interesse em matricular alunos nas turmas iniciais do Ensino Fundamental e Médio, estes deverão, primeiramente, firmar termo de ciência e cooperação para a operacionalização conjunta entre Estado e Município a partir de 2017 (PARANÁ, 2015).

No entanto, de acordo com uma notícia publicada pelo Jornal Diário do Sudoeste em 23 de fevereiro de 2016, a CFR de Pato Branco, por exemplo, teve nesse ano letivo apenas uma turma, o terceiro ano do ensino médio. As turmas de primeiro e segundo ano não foram abertas. A notícia

também aponta que, por meio de sua assessoria de imprensa, a SEED/PR informou que o convênio para manutenção de professores da base nacional comum e repasses a Arcafar/Sul seriam mantidos em 2016 (JUNIOR, 2016).

Em Francisco Beltrão, outro município paranaense, a prefeitura sinalizou uma parceria com a CFR para manter a Casa em funcionamento em 2017. O prefeito assinou um documento que oficializa seu comprometimento. Uma das medidas a ser estudadas refere-se a incluir no cronograma de técnicos da prefeitura, atividades com os alunos da Casa (JUNIOR, 2016).

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, no ano de 2017 o convênio com a Arcafar/Sul foi desfeito, desligando até mesmo as CFRs da organização. De acordo com a SEED (2017), um novo convênio foi criado: uma parceria entre Governo Estadual e Governos Municipais, ou seja, atualmente as CFRs, quem mantiveram suas atividades, dependem exclusivamente do poder público, incluindo a contratação de todos os profissionais como professores e monitores por parte do estado e a manutenção das Casas por parte dos municípios.

As CFRs permanecem em funcionamento, contudo, diante do que foi apresentado, os problemas que comprometem a ação da Pedagogia da Alternância ainda prevalecem. Assim, nesse cenário de instabilidade a PA e as CFRs no Paraná ganharam mais um ano de sobrevivência. Contudo, seu futuro é incerto e os maiores prejudicados serão os jovens filhos de agricultores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pedagogia da Alternância surgiu como uma metodologia de ensino diferenciada e específica para o meio rural, com instrumentos pedagógicos próprios, com autonomia e com a participação direta das famílias, cujo objetivo almejado era desenvolver o protagonismo das pessoas do campo e o desenvolvimento do meio.

Essa metodologia de ensino desenvolveu instrumentos pedagógicos singulares que articulam seus princípios e fazem dela uma forma diferente de ensino, garantindo o envolvimento não apenas da escola, mas das famílias e comunidade. Trata-se, portanto, de um meio de uma proposta educativa que parte dos conhecimentos prévios e da própria realidade para elucidar novos conhecimentos, estabelecer o diálogo com outros atores e estreitar as relações com outros contextos. A prática pedagógica preconizada é interdisciplinar e deve envolver o cotidiano dos jovens rurais, bem como deve ser conduzida de forma que priorize o protagonismo e a autonomia dos estudantes.

Todavia, no caso do Paraná, a Pedagogia da Alternância acabou por negar alguns de seus princípios mais importantes, notadamente a necessária iniciativa das famílias para sua implantação e manutenção.

A forte dependência das CFRs com o governo estadual provocou uma série de problemas para seu funcionamento. A maioria dos professores não conhece a metodologia e acaba adaptando suas aulas à forma tradicional de ensino. A grande rotatividade dos mesmos também impede o desenvolvimento da integração com jovens e famílias, pois ao fim de cada ano letivo essas relações são interrompidas. Também existe a fragmentação entre as disciplinas, o que

implica em não realizar uma prática interdisciplinar e com isso comprometer o funcionamento adequado da PA.

As CFRs do Paraná estão extremamente dependentes dos recursos públicos. O Governo subsidia outros projetos de educação do Campo, e por conta disso questiona-se a relevância em manter também a PA como outro projeto com suas especificidades. Assim, outro fator relevante para as atuais vicissitudes da PA e funcionamento das CFRs no Paraná, diz respeito à falta de comprometimento por parte do atual governo estadual, uma vez que o Governador anunciou o fim do convênio com a Arcafar/Sul e transferiu o mesmo aos governos municipais. Isso não significa ser algo totalmente ruim, pois mantém viva a PA, porém, esbarra na falta de conhecimento da mesma e no distanciamento dos seus pilares.

A Pedagogia da Alternância no Paraná, em seu nascedouro já continha o germe de suas atuais dificuldades, pois desde sua implantação, vários de seus princípios foram corrompidos. No decorrer do tempo, a iniciativa pública/estatal, a influência do Estado, as formas de atuação da Arcafar/Sul, a pouca ou insignificante participação das famílias na gestão das CFRs, dentre outros problemas, fragilizaram muito a metodologia.

## 6 REFERÊNCIAS

- Aimfr. *Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural*. (2014). Recuperado em 12 de julho, 2014 de <http://www.aimfr.org/>
- Aimfr. *La creación de la primer CEFFA en el Mundo* (2015). Recuperado em 15 de dezembro, 2015 de <http://www.aimfr.org/en/institucional/historia.html>
- Arcafar Sul. *Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil*. (2014). Recuperado em 12 de julho, 2014 de <http://www.Arcafarsul.org.br/page/home>
- Antunes, L. C. Massucatto, N. (2013). Subsídios didático-pedagógicos para a disciplina de língua portuguesa no ensino médio no contexto da Pedagogia da Alternância. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Licenciatura em Letras Português/Inglês. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus Pato Branco.
- Begnami, J. B. (2003). Formação pedagógica de monitores das escolas famílias agrícolas e alternâncias: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. *Dissertação - Mestrado Internacional em Ciências da Educação*. Universidade Nova de Lisboa/Universidade François Rabelais/UNEFAB, Brasília, Brasil.
- Bernartt, M.L, Pezarico, G., & Teixeira, E. S. (2012). Brasil e África: diálogos a partir de experiências educativas sobre pedagogia da alternância e desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. *Revista da ABPN*. v. 4, n. 8. jul.–out. p. 211-227.
- Caliari, R. O. Alencar, E., & Amâncio, R. (2002). Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local. *Organizações Rurais e Agroindustriais*. v. 4, n. 2.
- Estevam, D. De O. (2012). *Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância*. 2ª ed. Florianópolis, Insular.
- Garcia-Marirrodriaga, R., & Calvó, P. P. (2012). *Formação em Alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo*. Belo Horizonte: O Lutador.

- Gimonet, J. C. (2007). *Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFA*. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Junior, N. (2016). Casa Familiar Rural não abrirá novas turmas em 2016. *Jornal do Sudoeste* (versão eletrônica). Pato Branco-PR. Recuperado em 24 de fevereiro, 2016 em <http://www.diariodosudoeste.com.br/pato-branco/2016/02/casa-familiar-rural-nao-abrira-novas-turmas-em-2016/2090509/>
- Luz, D. M. R. (2002). Casa Familiar Rural em Santa Catarina: contradições no encaminhamento da Proposta. 116 p. *Dissertação – Mestrado em Educação*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Mascarelo, C. B. (2010). *Pedagogia da alternância: formação integral e desenvolvimento do meio*. 1ª ed. Universidade Católica de Brasília.
- Massucatto, N., Marini, M. J., & Cavalcante De A. A. (2016). REDES SOCIAIS: uma análise baseada nos relatórios de gestão de uma Casa Familiar Rural do Sudoeste do Paraná. *Atos de Pesquisa em Educação* (FURB), v. 11, p. 468-491.
- Nosella, P. (1977). Uma nova educação para o meio rural: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. 1977. 204 p. *Dissertação - Mestrado em Filosofia da Educação*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Paraná. (2011). *Secretária de Estado de Educação: convênio nº 2620110454*. Governo do Paraná, Curitiba.
- Paraná. (2012). *Plano de trabalho: convênio estadual*. Governo do Paraná, Barracão.
- Paraná. (2015). *Convênio com Casas Familiares Rurais será mantido em 2016*. 2015. Recuperado em 22 de dezembro, 2015 de <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6292>
- Paraná. (2017). *Secretária de Estado de Educação*. Recuperado em 02 de dezembro, 2017 de <http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=111>
- Pessotti, A. (1978). Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural. *Dissertação - Mestrado em Educação*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Teixeira, E. S., Bernartt, M., & Trindade, G. A. (2008). Estudos sobre pedagogia da alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educação e Pesquisa*, v. 34, n. 2, p. 227-242, mai/ago.
- Teixeira E. S., & Antunes, L. C. (2011). Casas familiares rurais e desempenho escolar: um estudo na região Sudoeste do Paraná. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 951-969, set./dez.